



Sindijus-PR e TJ debatem reivindicações

Página 5

Encontros vão ampliar o debate sobre a atuação do Judiciário

Primeira atividade será em Cascavel, no dia 12 de agosto



No dia 03 de junho, cerca de 40 diretores participaram da reunião da Diretoria Colegiada do Sindijus-PR, realizada na sede campestre do Sindicato, em Curitiba. O coordenador-geral, José Roberto abriu a reunião lendo a ata do último encontro da Colegiada e, após fez uma apresentação dos trabalhos que o Sindicato vem desenvolvendo junto ao Tribunal de Justiça (TJ).

ENCONTRO

A Diretoria Colegiada discutiu sobre a realização dos encontros regionais que vão ampliar o debate da atuação do Judiciário para o interior. A primeira atividade será no dia 12 de agosto em Cascavel. No total, serão cinco encontros em todas as regiões do Paraná

Páginas 2, 4 e 8

Seminário em Santa Catarina discute ações pela PEC 190

Página 6

Eleição do Sindijus-PR será dia 05 dezembro

Página 3

Ministra defende valorização dos oficiais de Justiça



Página 7

EDITORIAL

Encontros Regionais para aprofundar debates na categoria

Em continuidade à proposta de aprofundar o debate sobre a relação do Judiciário com a sociedade, o Sindijus-PR vai realizar até o final deste ano cinco Encontros Regionais.

O primeiro vai acontecer na segunda semana de agosto, no dia 12 em Cascavel. A direção do Sindicato já iniciou contatos com entidades representativas da sociedade. A ideia é envolver a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Tribunal de Justiça, as Câmaras Municipais, os Defensores Públicos, o Ministério Público, a Associação dos Magistrados e entidades representativas dos Movimentos Sindical e Sociais.

A atividade foi aprovada no último Congresso da categoria realizado no final de abril no litoral do Estado. Naquele evento, o foco da discussão foi a Sociedade 20 por 80, que Justiça Faremos? E pregava a valorização da Justiça de Primeiro Grau. A Justiça onde a população bate às portas todos os dias, mas nem sempre é ouvida.

O objetivo é debater o Judiciário, seu funcionamento, formas de acesso, sua estrutura e



como anda a distribuição da Justiça no Paraná. O Sindijus-PR pretende melhorar o acesso da população ao Judiciário, mas entende que para isso tem que ter quadro de funcionário completo, bem remunerado, motivado, com carga de trabalho compatível com jornada digna e equipamentos e espaços adequados.

Parece utopia, mas é possível. Para isso, tem que ter a participação do maior número possível de servidores para conhecer as reclamações, mas também ouvir as sugestões e o que a sociedade espera do Judiciário.

Os Encontros para debater o

Judiciário vão começar logo após o almoço e no final da tarde vão acontecer reuniões para discutir os temas ligados mais à categoria. E para tanto a pauta também é longa, pois questões como salários, ações judiciais, assistência à saúde do servidor, PEC 190, condições de trabalho, aposentadoria e muitos outros assuntos vão despertar o interesse dos servidores.

O último Encontro vai acontecer em Curitiba, no final de novembro e envolver os trabalhadores da Capital e Região Metropolitana. O desafio já foi lançado no Congresso, agora precisamos debater com a sociedade.

cartas

Parabéns

Parabenizo e agradeço a equipe das diretorias e funcionários do Sindijus-PR, pelo empenho da pesquisa elaborada, para a criação da cartilha 100 anos (Dia Internacional da Mulher), assim muitos que não tinham o conhecimento de tantas lutas e sofrimentos, puderam saber desde e como começou. Sim, conseguimos ser reconhecidas, não só como mulher, mas sim reconhecidas com direitos e deveres na sociedade, obtendo margem de competir com os homens que até então deixaram de ser tão machista, dando o valor merecido a nós mulheres, apesar dos pesares, ainda precisa acabar com a violência contra as mulheres, que muitas estão sendo mortas sem dó nem piedade, deixando filhos ao léu. Precisa muito, mas chegaremos lá. Não querendo ser igual aos homens. São nossos lugares reconhecidos. Obrigada, por tudo.

horário, que poderá ser implantando em todo o país. Esse ano comecei a cursar uma graduação no período da manhã, sendo que meu expediente atual é das 13h00 às 20h00. Contudo, caso mude o horário, não poderei mais cursar a faculdade, uma vez que o curso que frequento (Ciências Sociais na UFPR) só existe em horário matutino. Neste sentido, gostaria de contar com o apoio do Sindicato, no que tange a regulação de horários alternativos junto ao TJ para os servidores na minha situação, caso o horário venha a mudar. Obrigada.

A.P.G.

Atenção

Vemos que os senhores estão atentos a situação dos novos concursados e, estamos ansiosos para saber quando serão chamados. Agradecemos o empenho da diretoria pra que não ocorra uma injustiça nesse caso, pois quem convive com a situação atual do judiciário sabe que, precisamos de mais servidores para atender a demanda. Começando pela valorização dos servidores e melhorando a qualidade dos serviços prestados. Agradecemos pelo empenho do Sindijus-PR.

D.G.O.

Dúvida

Sou servidora do TJPR, analista judiciária na área de serviço social, e estou lotada na comarca de Piraquara. Encontro-me em estágio probatório, entrei em Agosto do ano passado. E estou com dúvidas em relação ao novo

P.L.

As opiniões expostas pelas cartas não refletem a opinião do jornal.

consciência & Luta
GESTÃO ASSIM QUE SE CONQUISTA

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDIJUS-PR - SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Sede: Rua David Geronasso, 227 - Boa Vista CEP 82540-150 - Curitiba-PR
Fone: (41) 3075-5555 - Fax: (41) 3075-6702
As cartas podem ser enviadas para conscienciaeluta@sindijuspr.org.br

www.sindijuspr.org.br

SISTEMA DIRETIVO

Conselho Executivo

coordenador-geral: José Roberto Pereira; secretário-geral: Mário Cândido de Oliveira; Ademir Aparecida Pinto; Airton de Oliveira; Caetano Zaganiini; Clovis Menger; David Machado; Edson Fernando da Silva; Maria Dulcineia F. Del Rios; Rosana de Freitas Diniz.

Conselho Deliberativo

Adenilza Rocha Augusto; Adivaldo Rosa; Aldo Bonato; Aldoino Fedrigo; Amauri da Silva; Amauri da Silva Fernandes; André Guilherme de Freitas; Ângelo José Sasso; Antonio Carlos Datto; Antonio Marcos dos Santos; Antonio Marcos Pacheco; Antonio Ribeiro Neto; Aristeu Nunes; Benedita Estraczer Zioli; César Conrado de Souza Neto; Daltron Moreira Rocha; Dario Aparecido da Costa; Davi Aguiar de Andrade; Diógenes Nunes de Souza; Dirce Leni da Rosa; Dorlan Aparecida Damasceno; Edson Luiz Futerko; Edson Prado Lima; Irineu Goveia; Itacir Antunes dos Santos; José Panisson; Josevaldo Moreira Alves; Jurandir Moreira Villas Boas Junior; Lizete Ramos Canela; Lourival dos Santos Cordeiro Junior; Lucinei Luiz Guimarães; Luiz Carlos Lopes; Luiza Narduci Pereira; Marcello de Oliveira; Márcia Regina Mosquer Ripula; Marco Antonio Cremonese; Marcos Henrique Romualdo da Silva; Maria Emilia Martins; Maria Madalena de Oliveira; Mario Sérgio dos Santos; Mary Claudia Hetka Dubieli; Neli Maria

Felix: Osmar Lopes da Silva Filho; Pierina Libera De Martini; Reginaldo Prado Lima; Rodrigo Augusto Moersbaeher Paes; Rosângela Zillotto; Rui Artur de Aguiar; Sidney Prado Lima; Silvana Claudia Barreiro; Tereza Maria Miranda Carvalho; Váner Galli; Vilma Aparecida Demori; Virgínia de Moraes Freire e Zeli Martins Fontoura.

Conselho Fiscal

Adelcio Renosto; Elísio Marques; José Paulino Lourenço; Osemir Queiroz e Rosanna Ventura.

Conselho Editorial

José Roberto Pereira, Mário Cândido de Oliveira, David Machado, Edson Fernando da Silva e Edson Prado Lima.

Editores (fotos, diagramação e edição)

Gustavo Henrique Vidal - jornalista profissional diplomado - MTb 5928-PR
Pâmela Mendes Leony - jornalista profissional diplomada - MTb 5480-PR

Ilustrações

Simon Taylor

Impressão

Jornal do Estado/Tiragem 5.500

Edição final às 21h do dia 15 de fevereiro de 2011.

ATENÇÃO Sindijus-PR convoca todos os aposentados do Foro a comparecerem na sessão

Rossoni garante votação do projeto do Extrajudicial no dia 20 de junho

Palavra foi dada no dia 13 de junho ao diretor do Sindijus-PR e ao deputado Professor Lemos

O diretor do Sindijus-PR, David Machado esteve no início desta semana na Assembleia Legislativa do Paraná para saber informações a respeito do projeto de lei nº 405/11, que garante o reajuste dos aposentados do Foro Extrajudicial. A informação colhida é de que o projeto foi devolvido à Comissão de Finanças sem alterações e aprovado na segunda-feira (13) passada.

Em seguida, David e o deputado Professor Lemos estiveram no gabinete do presidente da Assembleia, onde pediram ao deputado Valdir Rossoni a inclusão do projeto 405/11 na sessão de terça-feira. Rossoni, no entanto, disse que em virtude do Secretário de Fazenda, Luiz Carlos Haully estar na Casa para fazer um balanço da atuação do governo referente aos quatro primeiros meses do ano, e que no dia 15 acontece sessão itinerante da Assembleia Legislativa no Sudoeste do Estado, não haverá tempo para votações.

Porém, Rossoni determinou que o projeto dos aposentados seja incluído na pauta da sessão plenária desta próxima segunda-feira (20).

Portanto, a direção do Sindijus-PR, mais uma vez, convoca todos aposentados do Foro Extrajudicial, do interior e de Curitiba para que venham acompanhar a Sessão Plenária do dia 20 de junho, a partir das 14h30min.

RECAPITULANDO

O projeto 405/11 foi aprovado no dia 31 de maio pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa (CCJ) e, após foi encaminhado para a Comissão de Finanças da Casa Legislativa, sendo aceito no dia 13 de junho. Várias conversas foram feitas, uma delas aconteceu em Plenária, onde o secretário-geral do Sindijus-PR, Mário Cândido e o representante dos aposentados, Dalton Moreira Rocha falaram com o presidente à respeito.

Audiência Pública discutiu Aposentadoria Especial

Sindijus-PR participou dos debates que interessam aos servidores do Judiciário



O secretário-geral do Sindijus-PR, Mário Cândido de Oliveira, participou nesta quinta-feira (16), em Brasília, da audiência pública realizada na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados Federais, que discutiu a aposentadoria especial para servidores públicos que exercem atividade de risco. O deputado Policarpo, do PT do Distrito Federal, é o relator de projeto sobre o assunto e autor do requerimento para a realização da audiência.

A proposta permite aposentadoria aos 30 anos de serviço para homens e 25 para mulheres. O projeto original restringia a aposentadoria especial aos servidores públicos policiais.

Os substitutivos aprovados em comissões da Câmara especificaram como beneficiários policiais, agentes penitenciários e guardas municipais. Mas outras categorias, como os agentes de segurança do Poder Judiciário e os oficiais de justiça reivindicam o direito.

O deputado Policarpo explicou que, mesmo após a tramitação da proposta pelas comissões da Casa, "é preciso retomar o debate porque há outras categorias que exercem atividade de risco e estão fora".

Foram convidados para a audiência representantes dos ministérios do Planejamento e da Previdência, além de representantes de entidades sindicais.



■ Servidores conversam com deputados na Assembleia

REUNIÃO delibera que a categoria tem que se unir

Diretoria Colegiada se reúne para fazer avaliação da gestão

A unificação dos jovens e antigos é fundamental para categoria



Diretores da Colegiada em reunião na sede campestre do Sindijus-PR

No dia 03 de junho, cerca de 40 diretores participaram da reunião da Diretoria Colegiada do Sindijus-PR, realizada na sede campestre do Sindicato, em Curitiba. O coordenador-geral, José Roberto abriu a reunião lendo a ata do último encontro da Colegiada e, após fez uma apresentação dos trabalhos que o Sindicato vem desenvolvendo junto ao Tribunal de Justiça (TJ).

Na sequência o assessor de planejamento, Albino Fogassa realizou uma avaliação, que tinha o objetivo de cada um se avaliar e ao mesmo tempo em dar opiniões a respeito do congresso, que aconteceu no final do mês de abril. Segundo Fogassa, a avaliação é fundamental para sabermos como o sindicato está e a importância de cada um saber o seu papel dentro do Sindijus-PR. “Realizei uma pesquisa e o Sindijus-PR vem sendo visto, perante a sociedade e movimento sindical como um novo modelo de Sindicato. Uma categoria igual a nossa não exis-

te, ninguém alcançou tantos avanços e conquistas como o Sindijus-PR ultimamente”, ressaltou.

Um dos resultados desta avaliação feita é que se deve unir a categoria, ou seja, os jovens com os antigos. O diretor Vaner Galle enfatizou a importância de trazer pessoas novas para o Sindijus-PR. “Diretores, devemos fazer a história nossa crescer, e para isso, é necessário buscarmos novas pessoas, porque nós estamos saindo e eles devem entrar, para que o Sindicato não morra, a história tem que continuar”.

Para o coordenador-geral, temos que realizar avaliação de nossa atuação na categoria, pois só assim vendo os nossos erros e acertos que, poderemos melhorar a nossa participação na equipe do

Sindicato.

Após esta atividade, o departamento financeiro do Sindijus-PR apresentou planilhas de despesas, controle, gráficos — uma prestação de contas do ano de 2010 e propostas para 2011.

Os diretores também conversaram sobre as decisões do 9º Conseju-PR. Sendo assim, a Diretoria definiu que acontecerão seminários regionais para ampliar o debate. O primeiro será no mês de agosto em Cascavel, ainda sem data definida. O objetivo é ampliar o debate realizado no congresso com toda a categoria. Assuntos como estrutura do Judiciário, PEC 190 e a Justiça para a sociedade envolvem todos os servidores.

Segundo José Roberto, o debate vai além dos problema enfrentados pelo 1º Grau. “Queremos criar espaços para analisar questões específicas do cotidiano vividas no local de trabalho, que são ignoradas, levanta-

do à tomada de atitudes concretas para buscar a valorização e credibilidade da Justiça”, destaca.

Finalizando o encontro, os diretores disseram que neste mês de junho será realizada uma reunião com os aposentados por invalidez, porém a data não está definida, o Sindijus-PR aguarda uma resposta do advogado que deve estar presente. Um dos pontos principais é tratar da questão de que os aposentados tiveram problemas por causa do reequilíbrio do Plano de Cargos e Salários (PCS).

ELEIÇÃO SERÁ EM DEZEMBRO

As eleições para os conselhos Executivo e Fiscal do Sindijus-PR serão no dia 05 de dezembro. A data foi definida na última reunião da Diretoria Colegiada que aconteceu no início do mês de junho. Todo o trâmite para o processo eleitoral está previsto no Estatuto da entidade.

De acordo com o estatuto do Sindicato, para poder votar ou se candidatar o servidor tem até o dia 08 de junho para se filiar, já que o prazo para filiação é de 180 dias antes da data da eleição.

A filiação deve ser feita na entidade de classe, conforme previsão estatutária. Não serão aceitas filiações feitas diretamente no Departamento Financeiro do TJ, que não passarem antes pela secretaria do Sindijus-PR, conforme prevê o artigo 7º, inciso IV, art. 9º. parágrafo único, art. 27, letra “A”, inciso IX do Estatuto da Entidade.



TRIBUNAL responde perguntas da categoria em geral

Sindijus-PR conversa com a Secretaria do TJ

Pâmela Mendes Leony



Reunião entre diretores do Sindijus-PR e assessores da Secretaria

No final do mês de maio, o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto e o diretor, David Machado estiveram em reunião na Secretaria do Tribunal de Justiça (TJ) conversando com os assessores Alberto Kodi e Vinicius Rodrigues. Vários pontos foram abordados na reunião, alguns ainda sem uma resposta definitiva.

SAIJ

O expediente protocolado pelo Sindijus-PR está com parecer e foi encaminhado ao Desembargador Bodziak que irá chamar a comissão das profissionais do SAIJ na próxima semana para informar a decisão. O que podemos adiantar é que o estudo não prevê nenhum enquadramento para o nível superior, o que será implementado é uma gratificação incorporável aos vencimentos, para repor o risco de vida cortado e compensar o trabalho especializado que as profissionais realizam. Não foram fornecidos mais detalhes. O Sindicato vai avaliar com a assessoria

jurídica do Sindicato, pois existe um pedido encaminhado pelo Dr. Daniel Godoy Júnior, advogado do Sindijus-PR. Os motoristas que prestam seus serviços ao SAIJ e também junto a VEP receberão uma gratificação para compensar o corte do risco de vida, mas não há informações de quanto será.



Implantação de gratificação por horas excedidas

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Já está pronto o estudo com parecer para implantação de gratificação aos servidores que participam do plantão judiciário, está sendo feito o impacto financeiro, na próxima semana teremos mais informações.

TRIBUNAL DO JÚRI

Está sendo concluído estudo para compensar via pagamento de hora extra ou banco de horas

aos servidores que participarem do Júri em período superior ao da jornada de 7 horas.

JUIZADOS ESPECIAIS

Permanece a gratificação extraordinária aos servidores que prestam serviços nos juizados especiais. Quanto aos relatórios feitos pelos Oficiais de Justiça, teremos que discutir essa questão na 2ª Vice Presidência na próxima semana.

PROGRESSÃO DOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS

O expediente está no Departamento Econômico e Financeiro para estudo de impacto, o que foi assegurado é que nenhum servidor que completou seu estágio probatório na vigência da lei 16748 (PCS) será prejudicado.

FUNDO ROTATIVO

Existe parecer para que se estabeleça uma gratificação para os servidores responsáveis pelo Fundo Rotativo, o que ainda está faltando é a decisão da Presidência do TJ, se vai ou não estabelecer outra estrutura para a administração desses Fundos rotativos em todo o Estado.

EMPRÉSTIMO CONSIGNÁVEL

Pelo Decreto Judiciário 423 de 25.05.11, a Presidência atendeu ao pedido do Sindicato concedendo aos servidores o mesmo prazo para empréstimo consignável atribuído à magistratura, isto é, 96 meses para renegociação e refinanciamento de empréstimos.

aconteceu



REAJUSTE DE 6,5% SANCIONADO

O projeto de Lei que reajusta os salários dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário do Paraná em 6,5%, aprovado no último dia 24 de maio pela Assembleia Legislativa, foi sancionado pelo governador do Paraná, Beto Richa no dia 02 de junho. A Lei é de nº 16.821/2011, que reajusta dos vencimentos dos servidores já está em vigor desde 02 de junho. O Tribunal de Justiça pagou o retroativo do reajuste de 6,5%, referente ao mês de maio, na sexta-feira passada (10).

TJ ANTECIPA OS FERIADOS DO DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO E DO DIA DA JUSTIÇA

No início deste mês, por meio do Decreto Judiciário 443/2011 veiculado no Diário da Justiça Eletrônico, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfoury Neto, antecipou nas repartições forenses do Estado do Paraná e, facultativamente, no Foro Extrajudicial, os feriados alusivos ao Dia do Funcionário Público e ao Dia da Justiça, constantes no Decreto Judiciário 967/2010. Pela publicação, os feriados normalmente comemorados nos dias 28 de outubro e 8 de dezembro foram transferidos respectivamente, para os dias 24 de junho e 9 de setembro.

MINUTA DE DECRETO DA COMISSÃO DE RELOTAÇÃO

A Comissão de Relotação coordenada pelo Dr. Gustavo Peccenine Netto, entregou no mês de maio uma Minuta de Decreto com algumas sugestões de alterações nas leis 16023 e 16024, no que se refere às relotações, conforme opiniões dos integrantes da comissão, ao presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Miguel Kfoury para apreciar, decidir se acata ou não a Minuta. Porém até o momento, cerca de um mês, o presidente não deu resposta alguma à respeito. O Sindijus-PR vem mantendo contato com a assessoria da Presidência para saber notícias. Sendo assim, como nada foi confirmado, os servidores que necessitam de relotação podem entrar em contato com o Sindicato enviando e-mail para jennifer@sindijuspr.org.br, com o nome do servidor, matrícula, comarca, destino e motivo.

ÓRGÃO ESPECIAL DO TJ JULGA MANDADO DE SEGURANÇA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Na segunda-feira (20), o Órgão Especial do Tribunal de Justiça vai julgar o Mandado de Segurança nº 0080049-1 impetrado pelo Sindijus-PR em junho de 1999. O pedido se refere à cobrança indevida de previdência e despesas médicas hospitalares de aposentados e pensionistas. Segundo informações da assessoria jurídica do Sindijus-PR, o Mandado de Segurança não foi julgado antes porque aguardava julgamento de uma Ação de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF). Agora, com o julgamento favorável da ADI, o Mandado de Segurança vai ser apreciado pelos desembargadores do Órgão Especial na segunda-feira. Na oportunidade o advogado do Sindijus-PR, Dr. Daniel Godoy vai fazer sustentação oral em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas. Se julgado procedente, os valores descontados indevidamente naquela época deverão ser devolvidos aos servidores por meio de execução de sentença, devidamente corrigidos.

jogo rápido

■ SINDIJUS-PR VISITA DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO TJ



Na quinta-feira (9) passada, o coordenador-geral do Sindijus-PR, José Roberto Pereira e o assessor de planejamento, Albino Fogassa estiveram conversando com os servidores do Departamento de Informática do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). O foco do encontro era tirar as dúvidas à respeito do Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE). José Roberto explicou que o Sindijus-PR está preparando um pedido administrativo para requerer o pagamento da gratificação denominada TIDE a todos os servidores filiados ao Sindicato, e que não foram beneficiados pela referida gratificação na gestão passada do TJ, ou seja em 2010.

Na sequência, foi tratado a respeito da VPNI, os servidores gostariam de saber como será feita a incorporação, entre outras dúvidas. Zé Roberto disse que pediu para a Secretaria do TJ uma explicação de como foi projetada a incorporação da gratificação, mas ainda está aguardando resposta. Finalizando o bate-papo, o assessor de planejamento ressaltou a importância do papel do Sindicato e o que o servidor pode fazer para ajudá-lo, pois precisamos da unificação da categoria, não uma divisão de setores, e temos que tratar imediatamente do conflito de gerações dentro do TJ.

Os servidores da Informática destacaram a importância da aproximação com a entidade de classe, e afirmaram que vão participar mais das discussões e encaminhamentos das lutas, principalmente no que se refere à união para buscar a maior valorização dos trabalhadores do judiciário.

■ SINDIJUS-PR PROMOVE I ENCONTRO DOS ANALISTAS

Para debater as questões relacionadas às dificuldades que estão enfrentando em seus locais de trabalho, o Sindijus-PR vai promover o I Encontro Estadual dos Analistas. O evento vai acontecer na chácara do Sindijus-PR no dia 9 de julho (sábado), a partir das 9 horas. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail jennifer@sindijuspr.org.br, com a funcionária Jennifer. Para os que vierem do interior e forem chegar na sexta-feira, poderão ficar alojados no mesmo local do Encontro. A chácara possui alojamentos para pernoite. Maiores informações a respeito, também com a Jennifer.

A direção do Sindijus-PR também já começou a organizar o Encontro Estadual dos Técnicos Judiciários e Técnicos de Secretaria, que deve acontecer após o Encontro dos Analistas. Nos próximos dias daremos maiores informações a respeito.

Servidores devem lutar pela aprovação da PEC 190

O Seminário aconteceu no dia 28 de maio e teve a participação dos Estados da região sul do país (Sindijus-PR, Sinjusc-SC e Sindjus-RS) e o representante da Fenajud, Volnei Rosalen. Durante o Encontro foi analisada a proposta de Emenda Constitucional (PEC 190/07), que segundo avaliações dos presentes, o futuro dos servidores do Judiciário passa por essa Emenda porque abre a possibilidade de debater os problemas enfrentados pelos servidores do Judiciário.

A luta é para que ocorra o que já aconteceu com outras categorias que já unificaram suas lutas nacionalmente como professores, bancários e muitas outras. No entanto, para avançarmos na conquista da PEC, temos que construir uma mobilização nacional sobre o tema. E para isso, é necessário debater mais com as categorias o que é a PEC 190 e o que ela vai mudar na vida de cada um, mas é preciso, também, envolver a classe política e a sociedade na discussão.

A PEC 190 pretende acrescentar o Art. 93-A na Constituição Federal na seguinte forma: "Art. 93-A. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal,



■ Sindicatos conversam a respeito de mobilizações referente a PEC 190

disporá sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário, Parágrafo Único. As leis estaduais observarão o disposto na Lei Complementar de que trata o caput."

A justificativa apresentada para a edição da PEC é de que o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que o Poder Judiciário é um só, sendo dividido apenas para melhor organização administrativamente. Na visão dos representantes sindicais os Servidores do Poder Judiciário tem que ser vistos como parte integrante do Sistema encarregado de distribuir justiça, pois não se admite que, apenas, Magistratura, Ministério Público e Advogados sejam reconhecidos como integrantes do Judiciário.

A tramitação da PEC 190/07

no Parlamento também é vista como uma boa oportunidade para se discutir os problemas comuns a todos Tribunais do País.

Os servidores devem discutir, também, outras propostas que estão em andamento no Parlamento e dizem respeito aos interesses dos trabalhadores do Judiciário como a PEC 358/10, que trata de reforma do Judiciário ou as PECs 03/11, PEC 526/10, PEC 519/10, PEC 505/10, PEC 434/09, PEC 428/09, sendo que todas tratam de algum modo de questões relacionadas ao Judiciário e em maior ou menor grau refletem na vida dos servidores. Portanto, o momento é de união entre os servidores, mas de muito debate na categoria e também, com a sociedade.

Sindijus-PR prepara ação para pedir o TIDE

O Sindijus-PR se reuniu com o advogado Ludimar Rafanham no início do mês na sede do Sindicato para tratar da elaboração, inicialmente, de um pedido administrativo referente ao pagamento da gratificação TIDE (Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) para todos os servidores filiados a Entidade e que não foram beneficiados no ano passado (2010) pelo Tribunal de Justiça (TJ). Posteriormente, se for o caso, o Sindicato entrará com as medidas judiciais cabíveis. A di-

reção do Sindijus-PR esclarece que, o pedido vai atender todos os servidores filiados do 1º e 2º Grau que não recebem essa gratificação. Informa ainda que, já foi protocolado um pedido de esclarecimento ao TJ, indagando a razão da gratificação não ter atingido aos demais servidores do 1º e 2º Grau. Sendo assim, o Sindicato informa que os servidores não filiados, poderão participar das ações administrativas e judiciais desde que se filiem à Entidade até o final deste mês (30 de junho).

SEMINÁRIO discutiu o trabalho da categoria no judiciário

Ministra defende valorização de oficiais de justiça

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, defendeu a valorização da carreira dos oficiais de Justiça. Durante seminário “A Importância do Oficial de Justiça no Judiciário Brasileiro”, promovido pela Federação das Entidades Representativas dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), nesta quarta-feira (15/6), em Brasília, a ministra considerou fundamental o papel desses profissionais na pacificação social. “É o oficial de Justiça quem deve ter a sensibilidade para comunicar às partes que é possível conciliar, sem a necessidade de processo judicial nem mesmo da constituição de um advogado. É preciso que haja investimentos na qualificação profissional dos oficiais de Justiça, para que eles tenham discernimento e possam dar os devidos esclarecimentos às partes em conflito; para que

eles sejam verdadeiros agentes de pacificação social”, declarou.

Segundo para a corregedora, a importância do oficial de Justiça reside também no fato de ser ele o responsável por difundir a mensagem de que o Judiciário procura se modernizar, tendo incorporado, a partir da Constituição de 1988, a atribuição de garantir à população a boa execução das políticas públicas. “A realidade atual é totalmente diferente de quando o Judiciário era apenas um chancelador das decisões do Estado. Então, cabe ao oficial de Justiça ser o porta-voz dessa mensagem; informar ao cidadão que

“Cabe ao oficial de Justiça informar ao cidadão que ele deve recorrer à Justiça para garantir os seus direitos”

ele deve recorrer à Justiça para garantir os seus direitos”, declarou a ministra.

Durante o seminário, Eliana Calmon criticou as situações em que os oficiais de Justiça são desviados de suas funções, atuando, em muitos casos, como secretários

dos oficiais de Justiça, entre outros. Ela se comprometeu a interceder nos tribunais para ajudar na solução dos problemas que foram denunciados durante o seminário.

A Assojepar apresentou à ministra a situação contraditória no estado do Paraná, onde todo o projeto por ela descrito, está em risco em razão do entendimento equivocado do Tribunal de Justiça. “O TJ extinguiu o cargo de oficial de Justiça, remetendo a uma função a ser indicada pelo magistrado como antigamente se fazia, sob critérios subjetivos”, explicou Pacheco. Diante da apresentação do problema, a ministra orientou a Associação a protocolar no CNJ, o que foi feito na mesma tarde. Participaram do seminário oficiais de Justiça do Paraná: Mário Cândido de Oliveira, Antonio Marcos Pacheco, Ernaldo Melek, Edson Prado, Aquilino Carneiro e João Damásio.

de magistrados. Criticou também o fato de os investimentos dos tribunais para qualificação profissional serem restritos aos magistrados, em detrimento dos oficiais.

A corregedora recebeu, dos participantes do evento, denúncias de más condições de trabalho verificadas em alguns Estados. São casos de violência, de má remuneração e de terceirização das funções

40 anos da Assojepar



No mês de maio, a Associação dos Oficiais de Justiça do Estado do Paraná (Assojepar) realizou evento em comemoração aos 40 anos da Associação, na sede campestre do Sindijus-PR.

A Assojepar foi fundada em 1971 com 55 oficiais de justiça para buscar soluções junto ao Tribunal de Justiça por melhoria das condições do trabalho da categoria. A ideia era ajudar a estabelecer negociações com a representação da Direção do Poder Judiciário e Administração Pública, visando obtenção de conquistas para os oficiais de Justiça.

Sindijus-PR e Assojepar elaboram projeto para instituição da GAE

No dia 08 de junho, o Sindijus-PR e a Assojepar estiveram reunidos com o advogado Ludimar Rafanhim para tratar da elaboração do projeto da GAE (Gratificação de Atividade Externa) para os Oficiais de Justiça do Paraná. O projeto visa criar uma gratificação para substituir as guias (GRCs) atualmente recolhidas para as diligências dos Oficiais de Justiça.



A decisão de lutar para o estabelecimento da gratificação e acabar de vez com as famigeradas “custas” dos Oficiais, partiu do Seminário realizado em Guarapuava, onde mais de 80 Oficiais de Justiça do Interior e Capital discutiram e analisaram a situação da classe.

Ludimar Rafanhim afirmou que, até a próxima semana irá apresentar um esboço do projeto de lei e fundamentos para iniciarmos a luta de mobilizações, para conquistarmos mais esta reivindicação da categoria.

SERVIDORES enfrentam dificuldades nos locais de trabalho

Encontros vão discutir os problemas do 1º Grau

Atividades foram debatidas no 9º Conseju para apontar as dificuldades dos servidores

No dia 12 de agosto, o Sindijus-PR inicia, em Cascavel, uma série de encontros regionais para discutir o Poder Judiciário com a sociedade. Serão cinco encontros até o final do ano em todas as regionais do Paraná. O calendário termina em novembro com o último debate em Curitiba.

Junto com essa discussão, o Sindicato pretende levantar os problemas enfrentados pelos servidores do 1º Grau. “Recebemos diversas denúncias que repassamos ao Tribunal de Justiça. Algumas divulgamos no jornal do Sindicato, que acaba ajudando na solução dos problemas. Porém, existem muitas dificuldades que acabam sem resposta. Reunindo com os servidores poderemos ter uma ideia de to-



dos os problemas”, diz José Roberto Pereira, coordenador-geral do Sindijus-PR. Segundo ele, a ideia é reunir essas dificuldades e incluir na discussão por um Judiciário melhor, para atender a necessidade da população. Levando esses problemas para um debate ampliado à sociedade e aos órgãos que envolvem o Judiciário todos poderão ter uma

noção das dificuldades que

os servidores superam para manter o serviço em dia.

Por isso, após as discussões, o Sindijus-PR vai se reunir com a categoria, representantes das comarcas vizinhas do local do encontro serão convocados, e discutir os problemas específicos de cada local de trabalho.

“Por isso convocamos todos os servidores para que participem das atividades. É fundamental levantar os problemas para que

juntos possamos buscar a solução junto ao Tribunal de Justiça”, ressalta José Roberto.

SOCIEDADE

A realização dos encontros regionais foi uma decisão do 9º Conseju, quando foi apontada a necessidade de ampliar o debate com a sociedade e órgãos envolvidos com o Judiciário sobre a situação do 1º Grau.

O objetivo do Sindijus-PR é reunir representantes dos Movimentos Sociais, do Tribunal de Justiça, Legislativos municipais, OAB, Defensoria Pública, Ministério Público e Associação dos Magistrados do Paraná para discutir o acesso da população ao Judiciário.

“Estamos buscando a valorização da Justiça de 1º Grau. A consequência disso é uma melhor distribuição da Justiça à sociedade paranaense”, conclui José Roberto.

de olho nas datas

06 de julho

A CUT realiza o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores.

9 de julho

Sindijus-PR promover o 1º Encontro Estadual dos Analistas no dia 09 de julho na sede campestre do Sindicato às 9 horas. Fazer as inscrições através do e-mail jennifer@sindijuspr.org.br. Maiores informações a respeito com a funcionária Jennifer.

12 de agosto

O Sindijus-PR inicia em Cascavel, no dia 12 de agosto, uma série de encontros regionais para discutir o Poder Judiciário com a sociedade. Serão cinco encontros até o final do ano em todas as regionais do Paraná. O calendário termina em novembro com o último debate em Curitiba. Junto com essa discussão, o Sindicato pretende levantar os problemas enfrentados pelos servidores do 1º Grau.

26 de agosto

O 3º Encontro das Agentes de Limpeza do Poder Judiciário do Paraná será realizado em Foz do Iguaçu, nos dias 26 e 27 de agosto. O local da cidade foi decidido já no último encontro das Agentes que aconteceu em Maringá no ano de 2008. A direção do Sindijus-PR já está trabalhando na organização do encontro, verificando os palestrantes e definindo a programação.

ASSESSORIA JURÍDICA AOS FILIADOS QUE SOFREM ASSÉDIO MORAL

O Sindijus-PR começou a proporcionar no dia 10 de junho, assessoria jurídica aos seus filiados que sofrem assédio moral em seus locais de trabalho.

O atendimento será prestado pela Dra. Rosângela Ziliotto, que por ser escritora criminal aposentada, conhece bastante a realidade dos servidores do Judiciário. Irá acontecer na sede urbana do Sindicato, localizado na Rua David Geronasso nº 227, bairro Boa Vista, em Curitiba. Os servidores podem agendar suas consultas pelo telefone (41) 3075-5555 com a funcionária Tatiana, o atendimento será de segunda à sexta-feira, das 9 às 12 horas.

Os filiados do interior poderão fazer suas consultas via tele-

fone, sempre nos dias e horários informados acima. Quando a situação exigir, Rosângela poderá se deslocar até a comarca onde estiver ocorrendo o problema.

Segundo José Roberto, coordenador-geral do Sindijus-PR estamos começando esta nova experiência no atendimento aos filiados em virtude do grande número de reclamações que temos recebido. Sabemos que o assédio moral leva o servidor à depressão, estresse e outras enfermidades. Na maioria das vezes, ele acontece de juizes em relação aos seus subordinados, mas há casos também que ele ocorre entre os próprios trabalhadores, por exemplo, quando um ocupa cargo de direção ou chefia.